



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 18, n. 2, Jul./Dez., 2026

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 26.08.2025. Revisado por pares em: 26.01.2026. Reformulado em: 04.02.2026. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2026v18n2ID41269

Relação entre variáveis socioeconômicas e transparência pública nos municípios da região sul do Brasil

Relationship between socioeconomic variables and public transparency in municipalities in the southern region of Brazil

Relación entre variables socioeconómicas y transparencia pública en municipios de la región sur de Brasil

Autores

Layra Veiga Fiorini

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá. Endereço: Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR, 87020-900. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2387-5653>

E-mail: layraveigafiorini2309@gmail.com

Juliane Andressa Pavão

Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná. Professora do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Paraná. Endereço: Avenida Gabriel Esperidião, s/n - Jardim Morumbi, Paranavaí-PR, CEP: 87703-000. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7842-0529>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7691518074551915>

E-mail: julianepavao@hotmail.com

Kerla Mattiello

Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Professora do Departamento de Ciências Contábeis e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá. Endereço: Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR, 87020-900. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1318-9792>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8401962186278677>

E-mail: m_kerla@yahoo.com.br

Resumo

Objetivo: Identificar a relação entre variáveis socioeconômicas e a transparência pública dos municípios da região Sul do Brasil.

Metodologia: Foram analisados 104 municípios que possuem nota publicada na Escala Brasil Transparente (EBT). Foram definidas a transparência pública por meio da EBT como variável dependente e definidas sete variáveis independentes, sendo gasto por habitante, número de habitantes por município, PIB per capita, anos de estudo da população, taxa de analfabetismo, IDHM e idade dos gestores. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, correlação, regressão linear e teste de diferença de médias.

Resultados: Dentre as sete hipóteses testadas, o número de habitantes do município tem relação positiva com a transparência pública municipal. Ficou confirmado que Santa Catarina é o estado que possui os municípios mais transparentes, enquanto os municípios do Rio Grande do Sul possuem o menor nível de transparência da região Sul do Brasil.

Contribuições do Estudo: O estudo traz contribuições para a sociedade, dado que os resultados encontrados mostram quais variáveis socioeconômicas tem relação com a transparência pública nos municípios da região Sul do Brasil.

Palavras-chave: Variáveis socioeconômicas; Transparência Pública; Escala Brasil Transparente.

Abstract

Purpose: To identify the relationship between socioeconomic variables and public transparency in the Southern region of Brazil.

Methodology: 104 municipalities that have a score published in the Transparent Brazil Scale (EBT) were analyzed. Public transparency was defined through the EBT as a dependent variable and seven independent variables were defined, namely expenditure per inhabitant, number of inhabitants per municipality, GDP per capita, years of study of the population, illiteracy rate, HDI-M, and age of managers. Data were analyzed using descriptive statistics, correlation, linear regression, and difference of means test.

Results: Among the seven hypotheses tested, the number of inhabitants of a municipality has a positive relationship with municipal public transparency. It was confirmed that Santa Catarina is the state with the most transparent municipalities, while the municipalities of Rio Grande do Sul have the lowest level of transparency in the southern region of Brazil.

Contributions of the Study: The study brings contributions to society, given that the results found show which socioeconomic variables are related to public transparency in the municipalities of the southern region of Brazil.

Keywords: Socioeconomic variables; Public Transparency; Transparent Brazil Scale.

Resumen

Objetivo: Identificar la relación entre las variables socioeconómicas y la transparencia pública en la región sur de Brasil.

Metodología: Se analizaron 104 municipios que tienen puntuación publicada en la Escala Brasil Transparente (EBT). La transparencia pública se definió a través del EBT como variable dependiente y se definieron siete variables independientes, a saber, gasto por habitante, número de habitantes por municipio, PIB per cápita, años de estudio de la población, tasa de analfabetismo, IDH-M y edad de los directivos. Los datos fueron analizados mediante estadística descriptiva, correlación, regresión lineal y prueba de diferencia de medias.

Resultados: Entre las siete hipótesis evaluadas, el número de habitantes de un municipio tiene una relación positiva con la transparencia pública municipal. Se confirmó que Santa Catarina es el estado con municipios más transparentes, mientras que los municipios de Rio Grande do Sul tienen el menor nivel de transparencia de la región sur de Brasil.

Contribuciones del Estudio: El estudio aporta contribuciones a la sociedad, ya que los resultados encontrados muestran qué variables socioeconómicas están relacionadas con la transparencia pública en los municipios de la región sur de Brasil.

Palabras clave: Variables socioeconómicas; Transparencia Pública; Escala Brasil Transparente.

1 Introdução

A transparência pública possui um papel fundamental para a gestão política de uma instituição pois apresenta informações contínuas a quem tem interesse em acompanhar os feitos da administração (Baldissera, Dall’Asta, Casagrande & Oliveira, 2020). “A transparência torna-se uma ferramenta necessária para que o público monitore e avalie o desempenho dos representantes e servidores públicos”, afirma Albalate (2012, p. 4). Sendo assim, a divulgação das decisões públicas garante que os cidadãos acompanhem as políticas públicas a fim de ter sua cidadania expressa e uma participação ativa na sociedade (Bartoluzzio & Anjos, 2016).

Garantindo as mudanças na aplicação da transparência pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas e regulamentos que melhoram os instrumentos públicos e definem os processos de controle das informações. Além disso, a LRF impõe, em nível nacional, aos entes públicos, o dever de conceder à sociedade o acesso ao que é realizado nos governos para que ela possa acompanhar o desempenho e decisão dos agentes (Sodré, 2002).

A Lei de Acesso à Informação (LAI), busca garantir o direito de acesso à informação e define fundamentos básicos que os entes da administração pública devem executar (Brasil, 2011). Bartoluzzio e Anjos (2016) abordam que a partir da LAI a publicidade das ações públicas via internet passa a ser encarada como obrigação da administração, consequentemente influenciando a sociedade a exercer sua cidadania frente aos entes públicos.

A transparência de um governo é mensurada com base no nível de divulgação de informações que apresentam suas ações e processos públicos (Baldissera, 2018). Dessa forma,

a LRF e a LAI incentivaram o desenvolvimento de novos meios que avaliam a transparência pública. A Escala Brasil Transparente (EBT), ferramenta criada pela Controladoria-Geral da União (CGU, 2015), tem como papel principal impulsionar a transparência dos estados e municípios para assim garantir o acompanhamento das ações praticadas por uma figura pública.

Enfatizando a transparência pública municipal, Bartoluzzio e Anjos (2016) afirmam que, dentre todos os órgãos federativos, os cidadãos possuem um vínculo maior com o órgão municipal e, por isso, conhecer o perfil socioeconômico dos entes e o seu nível de transparência auxilia os civis e entidades controladoras a identificarem características do município no cenário da transparência pública do Brasil. Nesse sentido, essa pesquisa busca responder a seguinte questão: **qual a relação existente entre variáveis socioeconômicas e a transparência pública nos municípios da região sul do Brasil a partir da EBT?** Este estudo tem como objetivo investigar a relação entre variáveis socioeconômicas e a transparência pública dos municípios da região sul do Brasil.

O estudo justifica-se pelas particularidades de cada município, as quais podem dificultar no cumprimento das determinações legais relativas à transparência pública. O estudo investigou os municípios da região sul do Brasil, composta pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul visto que a região apresenta características peculiares do restante do país, como o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre as macrorregiões brasileiras (Brasil, 2016).

No entanto, a transparência pública é afetada por variáveis que vão além da qualidade da informação e por isso é necessário entender quais fatores influenciam, negativamente ou positivamente, a transparência pública. Dessa forma, o estudo se justifica devido a relevância da transparência pública e o cumprimento das leis, como a LRF e LAI, além de incentivar o controle social, reduzir os riscos de corrupção e garantir uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

As variáveis na pesquisa, em sua maioria, têm embasamento teórico de estudos passados que encontraram relação entre a transparência pública e a variável escolhida. Silva (2017) e Silva e Bruni (2019) realizaram pesquisas abordando a idade do gestor, escolaridade da população e o PIB dos municípios como variáveis explicativas da transparência pública. O IDHM analisado nessa pesquisa foi baseado no estudo de Pinho, Costa, Marioto, Santos e France (2023) que analisou o índice e encontrou relação com a transparência pública.

A pesquisa traz contribuições teóricas e práticas. Quanto às contribuições teóricas, este estudo busca preencher lacunas teóricas ao verificar se os achados de Silva (2017) e Pinho et al. (2023) corroboram a realidade da região Sul, fortalecendo a literatura sobre os fatores que moldam a transparência pública. O estudo contribui de forma prática com a sociedade ao identificar as variáveis que influenciam diretamente o nível de transparência pública municipal. Esses resultados permitem o aprimoramento das estratégias de governança, fortalecendo o controle social e garantindo que o cumprimento da LAI e da LRF seja mais efetivo e adaptado às realidades dos municípios.

2 Revisão da Literatura

2.1 Transparência Pública

A transparência pública materializa a responsabilidade entre o Estado e os cidadãos (Raupp, 2016). Nesse sentido, ela envolve a divulgação de informações por parte da organização, possibilitando a avaliação e monitoramento realizado pelos agentes externos (Baldissera et al., 2020). Gomes, Amorim e Almada (2018) dizem que quanto mais extensa e

compreensível a informação disponível e quanto mais pessoas essa informação alcança, mais transparente é o Estado que faz a divulgação. No entanto, é importante analisar se a informação prestada pelo órgão traz consigo uma utilidade (Silva & Bruni, 2019) capaz de satisfazer o interesse individual ou coletivo dos cidadãos (Neves, Diniz & Martins, 2015).

Visto que a definição de transparência é a divulgação das informações públicas para a sociedade, vale ressaltar que a transparência pode ser expressa de duas formas, ativamente e passivamente. A transparência ativa advém do dever que os órgãos e entidades têm de divulgar informações públicas sem que haja a solicitação delas por parte de um interessado (CGU, 2013). Chaves e Queiroz (2018) complementam que essa divulgação acontece de forma proativa e espontânea.

Já a transparência passiva é definida pela CGU (2013) como o ato de aguardar a requisição de informações realizadas pelos cidadãos para assim permitir e disponibilizar o acesso aos documentos demandados. As informações podem ser requeridas de maneira presencial ou eletronicamente por meio dos Sistemas de Informação ao Cidadão (SIC). A transparência passiva é caracterizada também por preencher lacunas que a transparência ativa não consegue, desse modo é possível dizer que quanto mais informações são divulgadas de forma ativa, menos a transparência passiva é praticada (Chaves & Queiroz, 2018).

A aprovação da LRF tornou a sociedade fiscalizadora dos atos governamentais, já que a lei trouxe a obrigação do gestor público prestar contas e métodos para isso acontecer (Bartoluzzio & Anjos, 2016). A LRF impôs objetivos que fez com que a transparência ganhasse atenção nos debates da gestão pública que resultaram em transformações práticas realizadas pelos órgãos (Oliveira & Santos, 2024). A LRF (Brasil, 2000) assegura que a transparência pública deve ser realizada por meio da divulgação eletrônica dos planos (PPA), orçamentos (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e informações em tempo real sobre a execução do orçamento e finanças públicas. A LRF também estabelece o incentivo de que a população participe das audiências públicas. Além da prestação de contas orçamentária prevista na LRF, a consolidação da transparência pública no país avançou significativamente com a LAI.

A LAI definiu princípios e conceitos que, quando bem compreendidos e realizados pelos agentes públicos, são capazes de garantir o direito constitucional de acesso à informação de qualquer cidadão e seu interesse (CGU, 2013). Bernardes, Santos e Rover (2015) consideram que a LAI é uma ferramenta, de nível nacional, de operacionalização da *accountability*. Na visão de Michener, Contreras e Niskier (2018), a LAI redefiniu a responsabilidade do Estado em relação à transparência pública que deixou de ser o possuidor de documentos fiscais e passou a ser o defensor das informações públicas. A LAI é responsável por tornar o acesso à informação como regra geral e o sigilo das informações como exceção. Em virtude disso, qualquer pessoa tem acesso às informações públicas quando solicitado e quando não são definidas como sigilosas (CGU, 2013).

A LAI (Brasil, 2011) estabelece que é responsabilidade dos órgãos e entidades públicas proporcionar uma gestão transparente da informação. Em virtude disso, o Estado tem o dever de assegurar o direito de acesso à informação por meio da divulgação em locais de fácil acesso e da adoção de técnicas objetivas, transparentes e com uma linguagem de fácil entendimento. A seguir, apresenta-se a Tabela 1 que apresenta os direitos e deveres das partes relacionadas, definidos pela LAI (Brasil, 2011).

Tabela 1*Direitos e deveres definidos na LAI*

Direitos da sociedade garantidos pela LAI	1)	Orientação sobre como e onde está disponível e o acesso as informações desejadas;	Art.7
	2)	Informações presentes em registro e documentos arquivados ou não pela entidade pública;	Art.7
	3)	Informações advindas de vínculos, cessados ou não, com pessoa física ou entidade privada;	Art.7
	4)	Informações primárias, completas, verdadeiras e atualizadas;	Art.7
	5)	Informações sobre a atividade praticada, inclusive sobre a política, organização e serviços;	Art.7
	6)	Informações relacionadas a gestão do patrimônio público;	Art.7
	7)	Informações sobre a utilização do recurso público, licitações e contratos administrativos;	Art.7
	8)	Informações referentes à implementação, acompanhamento e desfecho dos programas, projetos e ações;	Art.7
	9)	Informações sobre o resultado de auditoria, inspeções, tomadas de contas realizadas e prestação de contas.	Art.7
Deveres da entidade e órgão público definidos na LAI	1)	Divulgação das informações em locais de fácil acesso;	Art.8
	2)	Registro das competências e estrutura organizacional pública;	Art.8
	3)	Informações de telefone, endereço e horário de atendimento das unidades públicas;	Art.8
	4)	Registros de todos os repasses e transferências de recursos financeiros;	Art.8
	5)	Registro das despesas;	Art.8
	6)	Informações sobre os processos licitatórios, editais e seus resultados;	Art.8
	7)	Informações sobre todos os contratos celebrados;	Art.8
	8)	Informações gerais para acompanhar os programas, projetos, ações e obras públicas;	Art.8
	9)	Respostas a perguntas frequentes realizadas pela sociedade;	Art.8
	10)	Fornecer ferramentas de pesquisas que permite o acesso à informação de forma objetiva;	Art.8
	11)	Possibilitar que os relatórios sejam armazenados em diversos formatos;	Art.8
	12)	Disponibilizar aos sistemas externos o acesso automatizado das informações;	Art.8
	13)	Divulgação detalhada de como foi estruturada as informações;	Art.8
	14)	Disponibilizar informações completas e verdadeiras;	Art.8
	15)	Manter as informações disponíveis atualizadas;	Art.8
	16)	Indicação de local e instruções para realizar comunicação por meio eletrônico;	Art.8
	17)	Adotar medidas que garante que as pessoas com deficiência tenham acesso às informações.	Art.8

Fonte: Adaptado da Lei de Acesso à Informação, Brasil (2011).

Para Michener, Moncau e Velasco (2015), o acesso à informação, assegurado por lei, garante aos cidadãos mais direitos e benefícios. Por outro lado, os líderes dos órgãos públicos têm a responsabilidade profissional de cumprir a Lei de Acesso à Informação.

A EBT, criada em 2015, é um procedimento metodológico que tem a função de avaliar a transparência pública dos estados e municípios do Brasil de modo que seja possível averiguar o cumprimento da LAI (Visentini & Santos, 2020). De acordo com Angelo (2019), a quantidade

de governos que estão sendo avaliados pela EBT tem aumentado de forma significativa e não houve declínio nas pontuações da escala uma vez que, em geral, os resultados apresentados na EBT tem evidenciado uma melhora nos índices de cumprimento da LAI.

2.2 Estudos Anteriores

Estudos buscaram identificar fatores socioeconômicos que explicassem a transparência pública, como Silva (2017) e Silva e Bruni (2019) em municípios brasileiros, dos Santos et al. (2021) em municípios do Estado de Minas Gerais. Por outro lado, Silva, Justo e Rocha (2022) e Pinho et al. (2023) investigaram os estados brasileiros.

Silva (2017) procurou identificar variáveis determinantes para a transparência pública passiva e descrever a relação entre elas. O estudo de Silva (2017) teve como variáveis explicativas a idade da população e do gestor municipal, a escolaridade da população e do gestor municipal, o PIB per capita e a receita per capita. A variável dependente utilizada para mensurar a transparência pública foi a EBT. O estudo descritivo se limitou a analisar 1.585 municípios brasileiros visto que precisavam estar disponíveis no portal da CGU até dezembro de 2016. O resultado da análise apresentou uma relação positiva entre a transparência pública e as variáveis de escolaridade da população, idade da população e receita per capita. A escolaridade do gestor e o PIB per capita tiveram relação com a transparência na análise bivariada, mas isso não se confirma na análise multivariada. Por último, não foi encontrada relação entre a idade do gestor municipal com a transparência pública passiva.

Silva e Bruni (2019) investigaram a correlação entre a transparência passiva e aspectos socioeconômicos, tais como receita per capita, PIB per capita, escolaridade, idade da população e do gestor municipal. O estudo contou com uma amostra de 1.133 municípios brasileiros e com dados coletados no ano de 2015 que foram utilizados para realizar análises descritivas, bivariadas e multivariadas. Em geral, o resultado encontrado rejeitou algumas hipóteses estabelecidas, mas o que mais chamou a atenção foi a média do índice de transparência passiva encontrada que, em uma escala de 0 a 10 proposta pela CGU, foi de 1,93. Ademais, foi constatado que variáveis como a escolaridade da população e a receita per capita tem uma relação significativa positiva com a transparência pública.

Silva, Justo e Rocha (2022) buscaram verificar a incidência da transparência na gestão pública dos estados do Brasil e descobrir quais fatores socioeconômicos, políticos e financeiros podem estar relacionados com a transparência e a percepção da corrupção. Limitando o estudo nos anos de 2015 e 2016, os 27 estados brasileiros foram objeto do estudo e os dados utilizados foram coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), CGU e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com base no que foi analisado, os pesquisadores chegaram à conclusão de que o período analisado não foi o suficiente para identificar os efeitos dos princípios éticos dos governantes nos indicadores de transparência. Contudo, foi verificado que variáveis como analfabetismo, condição financeira do estado e região podem influenciar a transparência.

Santos et al. (2021) buscaram identificar os determinantes da transparência passiva envolvidos pela EBT nos municípios de Minas Gerais e analisar como características regionais, culturais, sociais, políticas e demográficas determinam o nível de transparência municipal. O estudo investigou 204 municípios mineiros no exercício de 2016. O estudo adotou a EBT como variável dependente, correlacionando-a a indicadores socioeconômicos como PIB per capita, Índice Firjan, escolaridade, idade do gestor e receita orçamentária. O resultado encontrado apresenta que as variáveis de PIB per capita, índice de Firjan, escolaridade e idade do gestor tem uma relação positiva significativa com a transparência passiva mineira. Em contrapartida,

a receita orçamentária possui uma relação negativa com a transparência, ou seja, os municípios que geram mais receita tendem a ser menos transparentes de forma passiva.

O estudo de Soares e Rosa (2022) analisou o nível de evidenciação nos portais de transparência dos municípios gaúchos com população superior a 100 mil habitantes, utilizando 21 variáveis fundamentadas nos preceitos da LRF e da LAI. Os resultados demonstram que, de maneira geral, a maioria dos municípios apresentam indicadores satisfatórios e conformidade com o ordenamento jurídico vigente, com destaque para Santa Maria e Novo Hamburgo, cujas práticas podem servir de paradigma para os demais entes. Contudo, identificaram-se pontos críticos no atendimento à legislação, especificamente no que se refere à acessibilidade para pessoas com necessidades especiais e à tempestividade na divulgação das demonstrações contábeis.

Pinho et al. (2023) buscaram analisar o índice de Transparência Pública do Brasil e discutir como os fatores socioeconômicos explicam a transparência dos parlamentos brasileiros. A metodologia utilizada possui como foco todos os estados do Brasil e o Distrito Federal e os dados utilizados para medir a transparência são do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP). Posteriormente, foram analisados os fatores socioeconômicos, como PIB, IDH e renda per capita a fim de encontrar uma explicação para o índice de transparência visto na fase anterior. Os resultados do índice de transparência mostram que grande parte das casas legislativas possuem uma pontuação mediana ou baixa, indicando assim um baixo desempenho na transparência pública. No que se diz respeito aos fatores socioeconômicos, foi observado que o IDH possui uma relação com a transparência e é capaz de explicar o índice encontrado. Já o PIB e a renda per capita não tiveram valores estatísticos significativos para colaborar com o entendimento do índice da transparência pública das casas legislativas brasileiras.

Oliveira e Santos (2024) investigaram os determinantes da transparência passiva em municípios com população inferior a 50.000 habitantes. Os resultados indicam que níveis elevados de desenvolvimento econômico, social e fiscal, aliados a características demográficas de urbanização, influenciam o grau de transparência passiva oferecido aos cidadãos. Diante dessas evidências, os autores ressaltam a necessidade de que a conformidade com a LAI seja observada respeitando-se o porte e as especificidades estruturais de cada município.

Brito, Bezerra e Santos (2024) investigaram a relação entre fatores socioeconômicos e de gestão fiscal com o Índice de Transparência dos Municípios Pernambucanos (ITM-PE), abrangendo os 184 municípios do estado entre 2015 e 2018. Os resultados revelam que variáveis como IDHM, PIB *per capita*, IDEB, Índice FIRJAN de Gestão Fiscal e a receita arrecadada *per capita* são determinantes para explicar as assimetrias e a heterogeneidade observadas nos indicadores de transparência pública dos municípios de Pernambuco.

A Tabela 2, a seguir, apresenta uma síntese dos estudos correlatos, ressaltando as variáveis e amostra investigadas, bem como, os principais achados.

Tabela 2

Síntese dos estudos correlatos

Autoria	Variáveis independentes	Variável dependente	Amostra	Resultado encontrado
Silva (2017)	Escolaridade da população e do gestor, idade do gestor e da população, receita per capita e PIB per capita.	Escala Brasil Transparente	1.585 municípios do Brasil	Há relação positiva entre a transparência pública e as variáveis de idade da população, escolaridade da população e receita per capita.

Silva e Bruni (2019)	Escolaridade da população e do gestor, idade do gestor e da população, receita per capita e PIB per capita.	Escala Brasil Transparente	1.133 municípios brasileiros	Existe uma relação significativa e positiva entre a transparência pública passiva e as variáveis de escolaridade da população, idade da população e receita per capita.
Silva, Justo e Rocha (2021)	Indicador de corrupção, taxa de analfabetismo, região, condição financeira, investimento de capital, dívida, ideologia política dos governantes e transferência intergovernamental	Escala Brasil Transparente	27 estados do Brasil	As variáveis de taxa de analfabetismo, região e condição financeira tem relação com a transparência. Além disso, a variável da corrupção impacta negativamente a transparência pública.
Santos, Magalhães, Mendonça e Taveira (2021)	PIB per capita, receita per capita, <i>dummies</i> regionais, escolaridade da população, idade do gestor municipal e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	Escala Brasil Transparente	204 municípios de Minas Gerais	Foi encontrada uma relação positiva e significativa entre as variáveis de PIB per capita, receita per capita, escolaridade da população, índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal e idade do gestor com a variável explicativa da transparência pública, a EBT. Já a variável da <i>dummies</i> regionais apresentou relação significativa em alguns municípios, mas em outros não.
Pinho, Costa, Marioto, Santos e France (2023)	Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento humano e Renda per capita	Os resultados das assembleias legislativas no Índice de Transparência e Governança Pública	As assembleias legislativas do Brasil	O IDH tem relação estatística positiva com a transparência pública das assembleias, sendo que quanto maior o IDH, maior o índice de transparência da assembleia. Já as variáveis de PIB e renda per capita não apresentaram relação significativa com a transparência.

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Conforme observado na Tabela 2, percebe-se uma predominância do uso da Escala Brasil Transparente (EBT) como principal métrica para aferir a transparência pública em diferentes esferas governamentais. As evidências empíricas indicam que fatores socioeconômicos e demográficos exercem influência significativa sobre os níveis de transparência, destacando-se a relação positiva e recorrente de variáveis como a escolaridade da população, o PIB per capita e a receita pública.

Dessa forma, se embasando nos estudos citados, a pesquisa visa aplicar algumas dessas variáveis nos municípios da região Sul do Brasil e observar a existência de uma relação entre essas variáveis e a transparência pública, representada pela EBT, conforme as hipóteses apresentadas a seguir.

2.3 Hipóteses da pesquisa

As hipóteses H1 (gasto por habitante) e H2 (número de habitantes) não foram determinadas com base em pesquisas anteriores, mas foram escolhidas para serem testadas nesse cenário seguindo a linha de raciocínio do que essas variáveis podem representar. As demais hipóteses foram fundamentadas em estudos recentes que apontam que diferentes variáveis socioeconômicas podem influenciar a transparência pública.

O nível de gasto por habitante de um município mostra a qualidade dos serviços prestados pela gestão e o quanto é investido no município para fazer uma gestão mais eficiente. Como a transferência pública é um dever dos órgãos públicos e direito da população, pode haver a existência de uma relação positiva entre gastos por habitante e a transparência pública, dessa forma, apresenta-se a Hipótese 1 a ser testada:

H1 – Os gastos por habitantes influenciam positivamente na transparência pública.

Municípios com maior número de habitantes podem apresentar maiores demandas informacionais por parte dos cidadãos. Por esse motivo, pode haver uma relação positiva entre o número de habitantes de um município e sua transparência pública. Assim, a Hipótese 2 a ser testada é:

H2 – O número de habitantes influencia positivamente na transparência pública.

Santos et al. (2021) encontraram uma relação positiva entre a transparência pública e o PIB per capita. O monitoramento político por meio da transparência pública é intenso quando a população possui um nível elevado de renda e isso faz com que a cobrança em cima dos órgãos públicos seja maior (Silva & Bruni, 2017). Nesse sentido, a Hipótese 3 busca testar:

H3 – O PIB per capita dos municípios influencia positivamente na transparência pública.

Silva e Bruni (2019) encontraram uma influência positiva entre a transparência pública (EBT) e escolaridade da população, e defendem que o nível de educação de um município torna os cidadãos mais conscientes e capazes intelectualmente de entender os dados e pressionar a publicação informações transparentes. Dessa forma, foi desenvolvida as duas próximas hipóteses, H4 e H5, ligadas a escolaridade da população para averiguar se a educação da população influencia na transparência pública municipal.

H4 – Os anos de estudo da população influencia positivamente na transparência pública.

H5 – A taxa de analfabetismo influencia negativamente na transparência pública.

De acordo com Pinho et al. (2023), os estados com IDH mais elevados tendem a serem mais transparentes em suas práticas legislativas. Nesse contexto, a Hipótese 6 buscou testar o IDH no cenário da transparência pública de municípios, e é apresentada a seguir:

H6 – O IDHM dos municípios influencia positivamente na transparência pública.

Para Silva (2017), a idade do gestor pode interferir no nível de transparência do município. Santos et al. (2021) consideram a experiência do gestor um fator importante no desenvolvimento da transparência pública dado que são legalmente mais conscientes e por isso a relação entre idade do gestor e a transparência pública é positiva. Sendo assim, a H7 busca testar:

H7 – A idade dos gestores dos municípios influencia positivamente na transparência pública.

3 Procedimentos Metodológicos

O estudo se classifica como descritivo visto que o objetivo é encontrar uma relação entre as variáveis socioeconômicas e a transparência pública e analisar se essa relação é positiva ou negativa. Trata-se de um estudo quantitativo que, por meio de dados numéricos e métodos estatísticos (Gil, 2024), busca testar hipóteses sobre a transparência pública com o intuito de encontrar fatores que explicam o seu comportamento.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, devido a utilização e análise de dados registrados em documentos que estão disponíveis nos portais da transparência dos municípios analisados e no site da CGU. Outra característica do estudo é ser *ex-post-facto*, ou seja, os dados analisados são de eventos ocorridos uma vez que vão ser utilizados aqueles divulgados no ano de 2020, para EBT, 2ª edição, disponível no site <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente-360>. A adoção da EBT como métrica de transparência pública justifica-se por sua consolidação como um procedimento metodológico eficaz na avaliação do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) em estados e municípios brasileiros, bem como pela sua adoção em estudos anteriores (Silva, 2017; Silva & Bruni, 2019; Silva, Justo & Rocha, 2021; Santos et al., 2021).

O estudo conta com sete variáveis independentes que são: os gastos por habitante, o número de habitantes, o PIB per capita, os anos de estudo da população, a taxa de analfabetismo da população, o IDHM dos municípios e idade dos gestores dos municípios. E com a transparência pública, por meio da EBT, como variável dependente.

Tabela 3

Variáveis da pesquisa

Hipótese	Variável independente	Variável dependente	Tratamento dos dados	Referências
1	Gasto por habitante			-
2	Número de habitantes			-
3	PIB per capita			Santos, Magalhães, Mendonça e Taveira (2021)
4	Anos de estudo da população			Silva e Bruni (2019) Santos, Magalhães, Mendonça e Taveira (2021)
5	Taxa de analfabetismo da população	Transparência Pública (EBT)	Correlação, regressão linear múltipla e teste de diferença de médias	Silva e Bruni (2019) Santos, Magalhães, Mendonça e Taveira (2021)
6	IDMH do município			Pinho, Costa, Marioto, Santos e France (2023)
7	Idade do gestor municipal			Silva (2017) Santos, Magalhães, Mendonça e Taveira (2021)

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

O estudo abrangeu inicialmente todos os municípios da região Sul do Brasil; contudo, devido à indisponibilidade de dados da EBT para a totalidade da população, a amostra foi delimitada conforme a cobertura da referida métrica. Adicionalmente, durante a coleta, excluíram-se três municípios por ausência de informações sobre o gasto por habitante, resultando em uma amostra final de 104 municípios, conforme evidenciado na Tabela 4.

Tabela 4*População e amostra do estudo*

Estados	População	Amostra Estudada	%
Paraná	399 municípios	34 municípios	8,52%
Rio Grande do Sul	497 municípios	42 municípios	8,45%
Santa Catarina	295 municípios	28 municípios	9,49%
Total	1.191 municípios	104 municípios	9,00%

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Os dados utilizados para as variáveis socioeconômicas foram coletados nos portais da transparência de cada município, já os dados da EBT foram retirados do portal da CGU. O *software* utilizado no estudo para processar e analisar os dados foi o JASP versão 0.18.2.0. Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas, correlação de Spearman, regressão linear múltipla e teste de diferença de médias. A adoção da correlação de Spearman fundamenta-se na necessidade de mensurar a associação entre variáveis sob uma perspectiva não paramétrica, sendo adequada para distribuições que não pressupõem normalidade e conferindo maior robustez à análise.

4 Resultados e Análises

A partir dos dados encontrados foi possível realizar uma análise estatística inicial em que foram identificados fatores como a média e o desvio padrão de cada variável e se ela segue uma distribuição normal dos seus dados.

A Tabela 5 apresenta as estatísticas descritivas para as variáveis estudadas.

Tabela 5*Estatísticas descritivas para as variáveis analisadas*

Medida descritiva	Transparência Pública	Anos de estudo da população	Grau de analfabetismo	IDHM	PIB per capita	Idade do gestor	Número de habitantes	Gasto per capita
Moda	5,750	10,500	4,500	0,800	13.213,370	61,00	48.938	407.450
Mediana	7,310	10,200	4,100	0,800	49.087,970	55,00	104.389	5.445.995
Média	7,481	10,230	4,280	0,758	52.131,769	55,81	173.547	5.559.155
Desvio Padrão	1,587	0,565	1,591	0,050	27.098,610	10,31	228.487	1.526.022
Assimetria	0,012	0,074	0,855	-0,316	3,240	0,14	4.861	1.192
Curtose	-1,400	-0,254	0,386	-1,938	15,226	-0,44	28.864	5.180
Mínimo	4,450	8,900	1,500	0,700	13.213,370	34,00	48.938	407.450
Máximo	10,000	11,600	9,200	0,800	210.729,120	81,00	1.773.718	11.840.790

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

A média de 10,23 anos de estudo da população indica uma escolaridade do ensino fundamental completo. Por meio da análise de dados foi observado que a moda e a mediana dos municípios estudados possuem um IDHM de 0,8, revelando um indicador alto e concentrado, principalmente em virtude o baixo desvio-padrão.

Verifica-se na Tabela 5 que as variáveis: PIB per capita, número de habitantes e gasto per capita demonstram alta assimetria positiva e curtose elevada, evidenciando a presença de municípios com grande concentração de riqueza ou população. Já as variáveis: anos de estudo, analfabetismo e IDHM mostram distribuição mais equilibrada como se pode notar pelos baixos valores de desvio-padrão.

A Tabela 6 evidencia a matriz de correlação para as variáveis analisadas.

Tabela 6

Matriz de correlação para as variáveis estudadas

Variáveis	Transp Publ	Anos Estudo	Analfab	IDHM	PIB percap	Esc Gestor	Idade Gestor	NHab
Transp Publ	—							
Anos Estudo	0,039	—						
Analfab	-0,191	-0,012	—					
IDHM	0,190	0,501 ***	-0,497 ***	—				
PIB Percap	0,038	0,054	-0,382 ***	0,453 ***	—			
Esc Gestor	0,061	-0,121	-0,201 *	0,043	0,012	—		
Idade Gestor	-0,046	0,010	-0,030	$9,732 \times 10^{-4}$	0,161	-0,135	—	
NHab	0,066	0,063	-0,398 ***	0,218 *	0,112	0,180	0,229 *	—
Gasto Hab	0,206 *	0,217 *	-0,376 ***	0,479 ***	0,633 ***	-0,002	0,095	0,057

Legenda: * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Percebe-se na Tabela 6 que os resultados indicam que o IDHM e PIB per capita possuem relação moderada com outras variáveis. Observando o IDHM, esse possui uma relação positiva com os anos de estudo da população do município, uma relação negativa com o índice de analfabetismo e novamente uma relação positiva com o gasto por habitante e o PIB per capita. Já o PIB per capita, além de possuir uma relação moderada com o IDHM, também tem relação com o gasto por habitante de cada município. Além disso, a transparência pública apresenta relação fraca, porém significativa, com o gasto público per capita, indicando que municípios que mais investem por habitante tendem a adotar práticas mais transparentes. Por fim, os resultados próximos ao zero encontrados na correlação de Spearman mostram que as variáveis socioeconômicas não têm relação entre elas.

Considerando as correlações identificadas entre as variáveis explicativas, procedeu-se a uma análise específica da multicolinearidade, a fim de assegurar a robustez dos resultados do modelo. A Tabela 7 a seguir apresenta o sumário do modelo de Regressão Linear.

Tabela 7
Sumário do modelo de Regressão Linear

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	RMSE
H ₀	0,000	0,000	0,000	1,587
H ₁	0,333	0,111	0,046	1,550

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Verifica-se que o R² indica que as variáveis definidas conseguem explicar cerca de 11,1% do comportamento da transparência pública. Por outro lado, quase 90% da influência que a transparência sofre é vinda de fatores que não são abordados nesse estudo, sugerindo que para futuros trabalhos sejam investigadas outras variáveis.

Na sequência, a Tabela 8 evidencia os coeficientes do modelo de regressão linear, incluindo o diagnóstico de colinearidade, por meio da Tolerância e Fator de Inflação da Variância (VIF).

Tabela 8
Coefficientes da Regressão Linear

Modelo		Não padronizado	Erro padrão	Padronizado	T	P	Tolerância	VIF
H ₀	(Intercept)	7,481	0,156		48.067	< .001		
H ₁	(Intercept)	6,591	3,374		1,954	0,054		
	GastoHab	2,183×10 ⁻⁴	1,408×10 ⁻⁴	0,210	1,551	0,124	0,505	1,978
	NHab	1,575×10 ⁻⁶	7,417×10 ⁻⁷	0,227	2,123	0,036*	0,812	1,231
	PIBpercap	-9,162×10 ⁻⁶	7,949×10 ⁻⁶	-0,156	-1,153	0,252	0,503	1,989
	AnosEstudo	-0,231	0,331	-0,082	-0,699	0,486	0,668	1,496
	Analfab	-0,034	0,119	-0,034	-0,281	0,780	0,646	1,548
	IDHM	4,123	4,266	0,129	0,966	0,336	0,52	1,923
	IdadeGestor	-0,013	0,016	-0,085	-0,827	0,410	0,87	1,149

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

De acordo com Hair, Black, Babin e Anderson (2010), valores de VIF superiores a 10 indicam colinearidade severa, sendo recomendada a exclusão ou reavaliação das variáveis preditoras. Valores entre 5 e 10 sugerem atenção, enquanto valores próximos de 1 indicam ausência de colinearidade. Conforme o teste de colinearidade apresentado na Tabela 8, verifica-se ausência de multicolinearidade nas variáveis investigadas.

Na Tabela 8, é possível analisar que o número de habitantes tem relação significativa com a transparência pública dos municípios. Essa influência sobre a transparência pública é positiva, ou seja, quanto mais habitantes o município tem, mais transparente tende a ser as informações do município. Tal achado corrobora o estudo de Soares e Rosa (2022), que, ao investigarem cidades com mais de 100 mil habitantes, concluíram que a maioria desses entes apresenta indicadores elevados de transparência e um cumprimento rigoroso das exigências legais vigentes.

Esse resultado pode ser explicado pela Teoria da Agência, a qual sugere que municípios com maior densidade populacional possui uma demanda superior por *accountability*, levando a administração pública a investir em sistemas de informação mais eficientes para reduzir a assimetria informacional e responder à maior fiscalização da sociedade.

Complementarmente, esse achado pode ser justificado também pela superior capacidade institucional e tecnológica característica de municípios de maior porte. Tais municípios geralmente dispõem de estruturas administrativas mais robustas e recursos financeiros estáveis para implementar e manter os portais de transparência.

As demais variáveis socioeconômicas observadas no estudo apresentam um P value acima de 0,05, fazendo com que a conclusão seja de que sua influência sobre a transparência pública não é estatisticamente significativa já que não está dentro do limite de confiança. Anteriormente, na matriz de correlação foi observado que o gasto por habitante se correlacionava em um nível fraco com a transparência pública, todavia esse resultado não é confirmado na regressão.

A Tabela 9 apresenta os resultados das hipóteses após a análise de regressão.

Tabela 9

Resultado do teste de hipóteses

	Resultado
H1 Os gastos por habitantes influenciam positivamente na transparência pública.	Rejeitada
H2 O número de habitantes influencia positivamente na transparência pública.	Não rejeitada
H3 O PIB per capita dos municípios influencia positivamente na transparência pública.	Rejeitada
H4 Os anos de estudo da população influencia positivamente na transparência pública.	Rejeitada
H5 A taxa de analfabetismo influencia negativamente na transparência pública.	Rejeitada
H6 O IDHM dos municípios influencia positivamente na transparência pública.	Rejeitada
H7 A idade dos gestores dos municípios influencia positivamente na transparência pública.	Rejeitada

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

A H3 desse estudo foi rejeitada porque não foi encontrada uma relação significativa entre o PIB e a transparência pública. No entanto, no estudo realizado por Santos, Magalhães, Mendonça e Taveira (2021), que investigaram 204 municípios do estado de Minas Gerais, foi encontrado uma relação entre as variáveis citadas.

Santos et al. (2021) e Silva e Bruni (2019), investigando a escolaridade e a Escala Brasil Transparente em 1.133 municípios brasileiros, encontraram uma relação entre a transparência pública e a escolaridade da população. Portanto esse resultado não se repete nesse estudo que utilizou variáveis ligadas a escolaridade, como a taxa de analfabetismo e a quantidade de anos de estudo. Sendo assim, a H4 e H5 são rejeitadas por não possuir relação significativa com a transparência pública.

A H6 em que o IDHM dos municípios influencia positivamente na transparência pública foi rejeitada nessa análise. Contudo, Pinho et al. (2023) encontraram relação entre o IDH e a transparência pública nas assembleias legislativas do Brasil.

Santos et al. (2021) também encontraram relação entre a idade do gestor e a transparência pública nos municípios do estado de Minas Gerais. Porém, no cenário analisado nesse estudo, região Sul do Brasil, essa relação não foi encontrada e por isso a H7 é rejeitada.

Além dos testes realizados para descobrir a existência de relações entre a variável explicada e as variáveis explicativas, também foi realizado o teste de diferenças de médias, o teste T de Mann-Whitney para os municípios dos três estados da região Sul com o intuito de observar a média das variáveis e quais tem diferença significativa quando comparado um estado com os outros.

O Estado do Paraná obteve uma diferença significativa em três variáveis, sendo que as variáveis de anos de estudo da população e idade do gestor possuem uma diferença significativa, sendo que a média é superior à dos outros estados. E a variável da taxa de analfabetismo apresenta diferença de média significativa, sendo menor.

Em Santa Catarina, as médias das variáveis da transparência pública, taxa de analfabetismo, IDHM, PIB per capita e gasto por habitante apresentam uma diferença significativa quando comparadas com os outros estados. Foi identificado que os municípios do estado apresentam uma média de 8,44 na Escala Brasil Transparente, enquanto os municípios dos outros estados possuem uma média de 7,12. O resultado exhibe que os municípios de Santa Catarina são os mais transparentes da região Sul e propõe que a prática da transparência pública seja aperfeiçoada nos outros dois estados da região.

Obtendo um resultado contrário ao de Santa Catarina, o estado do Rio Grande do Sul se destaca por obter médias menores e significativas nas variáveis de transparência pública, anos de estudo da população e o gasto por habitante quando comparado com Paraná e Santa Catarina. O indicador de transparência pública do estado do Rio Grande do Sul apresentou média de 6,96 enquanto os outros estados da região Sul do Brasil obtiveram média de 7,83. Observa-se com esse resultado que é preciso maior transparência pelos municípios do estado do Rio Grande do Sul.

A análise comparativa revela disparidades estruturais e de desempenho entre as unidades federativas da região Sul, evidenciando que os municípios de Santa Catarina lideram os índices de transparência pública com uma média de 8,44 na EBT, valor significativamente superior aos registrados nos demais estados. Essa liderança é acompanhada por indicadores socioeconômicos favoráveis, como maiores médias de IDHM, PIB *per capita* e investimentos por habitante.

Em contrapartida, o Rio Grande do Sul apresenta o cenário mais crítico, com a menor média de transparência (6,96) e níveis inferiores de escolaridade e gastos públicos, o que reforça a necessidade de políticas públicas para o fortalecimento da gestão municipal. Já o Paraná ocupa uma posição intermediária, destacando-se positivamente pelo perfil demográfico e educacional, apresentando a maior média de anos de estudo e a menor taxa de analfabetismo da região, embora tais indicadores não apresentem efeitos sobre a transparência pública.

5 Considerações Finais

O estudo teve como objetivo investigar a relação entre variáveis socioeconômicas e a transparência pública dos municípios da região sul do Brasil. Das sete hipóteses testadas nesse estudo, apenas uma foi aceita, sendo essa a que atesta a existência da relação positiva e significativa entre o número de habitantes com a transparência pública dos municípios. A relação encontrada é positiva, levando a conclusão de que quanto mais habitantes tem o município, mais transparente esse município tende a ser. As demais hipóteses que foram rejeitadas, embora aceitas em estudos correlatos, não apresentaram relação estatística com a transparência pública no cenário delimitado por este estudo.

As hipóteses rejeitadas trazem um resultado notável quando observado que as variáveis ligadas a educação da população não influenciam a transparência pública dos municípios, em especial a transparência passiva. A idade do gestor, também objeto de discussão em estudos anteriores, também não apresentou relação com a transparência pública dos municípios.

As contribuições deste estudo concentram-se na identificação de que a transparência pública na região Sul não é um fenômeno homogêneo, distanciando-se dos achados observados em pesquisas anteriores. Ao confirmar que apenas o número de habitantes possui relação

positiva com a transparência, a pesquisa revela que municípios maiores tendem a ser mais eficientes no cumprimento da LAI, enquanto contesta a influência de fatores tradicionais como a escolaridade e a idade do gestor. Esses achados trazem implicações para a gestão pública, de forma que municípios menores necessitam de suporte estratégico e investimentos em infraestrutura para superar limitações estruturais e elevar seus níveis de transparência pública.

Além disso, o estudo oferece um diagnóstico ao apontar que os municípios de Santa Catarina apresentam melhor desempenho na EBT e os municípios do Rio Grande do Sul apresentam os menores índices. Tais achados podem sugerir que o estado de Santa Catarina possui uma infraestrutura administrativa e tecnológica mais integrada ao cumprimento dos preceitos da LAI em comparação com o estado do Rio Grande do Sul.

A presente pesquisa enfrentou limitações referentes à amplitude amostral e ao escopo das variáveis independentes selecionadas. A amostra restringiu-se exclusivamente aos municípios que possuíam dados na EBT, critério que resultou na exclusão da maioria dos municípios da região Sul devido à ausência dessa métrica institucional. Além disso, o modelo estatístico apresentou um poder explicativo de aproximadamente 11%, indicando que a variação na transparência pública é influenciada majoritariamente por fatores externos à modelagem proposta.

Diante do baixo poder preditivo observado, sugere-se que investigações futuras incorporem novas dimensões analíticas para ampliar a compreensão do fenômeno. Recomenda-se a inclusão de indicadores político-institucionais e de governança, tais como a ideologia partidária do gestor, o grau de participação social via conselhos municipais, entre outras.

Referências

- Albalate, D. (2012). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. IREA–Working Papers, IR12/10. *Research Institute of Applied Economics, University of Barcelona*. <https://doi.org/10.1080/17487870.2012.759422>
- Angelo, L. A., Jr (2019). *A Escala Brasil Transparente e seus reflexos na accountability societal* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado em 15 de maio de 2025, de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42328>
- Baldissera, J. F. (2018). *Determinantes da transparência pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública* (Tese de doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil. Disponível em <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3805>
- Baldissera, J. F., Dall’Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340–359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Bartoluzzio, A. I. S. de S, & Anjos, L. C. M. dos (2020). Análise de conglomerados do nível de transparência pública e indicadores socioeconômicos dos municípios pernambucanos. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 11(2). <https://doi.org/10.13059/racef.v11i2.570>
- Bernardes, M. B., Santos, P. M., & Rover, A. J. (2015). Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 761–792. <https://doi.org/10.1590/0034-7612119279>

Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), & Fundação João Pinheiro (FJP). (2016). *Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras*. Brasília: Ipea, PNUD, FJP. Recuperado em 15 de maio de 2025, de <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6217>

Brasil. (2000). *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Recuperada em 29 de junho de 2024, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm

Brasil. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Recuperado em 29 de junho de 2024, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

Brito, A. S., Bezerra Filho, J. E., & Santos, J. M. A. dos. (2024). Fatores Exógenos que Afetam o Nível de Transparência Pública dos Municípios Pernambucanos. *Contabilidade Gestão E Governança*, 27(2), 252–277. <https://doi.org/10.51341/cgg.v27i2.3168>

Chaves, P. C. B., & Queiroz, A. B. (2018). Uma avaliação da transparência passiva dos Legislativos estaduais e distrital. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 20(34), 40–90.

Controladoria-Geral da União (CGU). (2013). *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. Brasília: CGU. Recuperado em 15 de maio de 2025, de http://acessoainformacao.convale.go.gov.br/res/docs/manual_lai_estadosmunicipios.pdf

Gil, A. C. (2024). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Gomes, W., Amorim, P. K. D. F., & Almada, M. P. (2018, abril). Novos desafios para a ideia de transparência pública. *E-Compós*, 21(2). <https://doi.org/10.30962/ec.1446>

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis* (7th ed.). Pearson.

Michener, G., Contreras, E., & Niskier, I. (2018). Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. *Revista de Administração Pública*, 52, 610-629. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170289>

Michener, G., Moncau, L. F. M., & Velasco, R. (2014). *Estado brasileiro e transparência: avaliando a aplicação da Lei de Acesso à Informação*. Rio de Janeiro: FGV e Open Society Foundations. Recuperado em 27 de janeiro de 2026, de <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/6b18feb4-a74a-4f7e-b43b-9a2a2c236dc3/content>

Neves, A. C. D., Diniz, J. A., & Martins, V. G. (2015). Determinantes socioeconômicos da transparência fiscal. In *XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade* (pp. 1–15).

Oliveira, A. C. de, & Santos, N. de A. (2024). Transparência passiva nos pequenos municípios brasileiros. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 16(2), 220–240. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n2ID32682>

Pinho, M. D. C., Costa, G. da, Marioto, D. J. F., Santos, É. R. dos, & France, G. (2023). Transparência e governança pública nas assembleias legislativas: uma análise dos níveis de transparência e das variáveis socioeconômicas estaduais. *Humanidades & Inovação*, 10(9), 62–76.

Raupp, F. M. (2016). Realidade da transparência passiva em prefeituras dos maiores municípios brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(30), 34–52. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n30p34>

- Santos, H. G. dos, Magalhães, E. A. de, Mendonça, K. F. C., & Taveira, L. D. B. (2021). Transparência pública passiva: uma análise de seus determinantes no Estado de Minas Gerais. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(3), 60–71. <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i3.1189>
- Silva, P. H. da C., Justo, W. R., & Rocha, R. de M. (2022). Inter-relação entre Transparência Pública, Corrupção, Variáveis Socioeconômicas e Políticas nos estados brasileiros no período de 2015 a 2016. *Espacio Abierto*, 31(1), 80–98.
- Silva, W. A. D. O. (2017). *Variáveis determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24245>
- Silva, W. A. D. O., & Bruni, A. L. (2019). Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 415–431. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170383>
- Soares, C. S., & Rosa, F. D. (2022). Transparência na gestão pública municipal: análise das informações divulgadas nos portais eletrônicos dos maiores municípios gaúchos. *Desenvolvimento em Questão*, 20(58), 1-19. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.10176>
- Sodré, A. C. D. A. (2002). Lei de Responsabilidade Fiscal: condição insuficiente para o ajuste fiscal. *RAE Eletrônica*, 1, 1–15. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200010>
- Visentini, M. S., & Santos, M. dos. (2020). Panorama da transparência passiva e da regulamentação da Lei de Acesso à Informação a partir da Escala Brasil Transparente (EBT) nos municípios do COREDE Missões. *Redes - Revista do Desenvolvimento Regional*, 25(1), 342–362. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.11205>